



**ILMA. SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE
REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DO NOROESTE DE MINAS GERAIS –
SUPRANOR E/OU EQUIPE INTERDISCIPLINAR JULGADORA DE PEDIDOS
ADMINISTRATIVOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

170000002823/12

Abertura: 29/10/2012 15:07:05

Objeto: DOCUMENTAÇÃO PARA PROCESSO

Unid. Adm: SUPRAM NOROESTE DE MINAS

Seq. Int:

Seq. Ext: ESPÓLIO DE ARTHUR JOSÉ HOFIG JUNIOR

Assunto: PROC. DE LICENCIAMENTO Nº 90028/2003/00

29/10/12 15:07:05 3145412012

PROCESSO DE

LICENCIAMENTO AMBIENTAL N. 90028/2003/001/2003

ESPÓLIO DE ARTHUR JOSÉ HOFIG JUNIOR, inscrito no CPF/MF sob o n. 032.340.298-49, distribuído na 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, sob o n. 482.01.2011.003611-6, n. de ordem 312/2011, neste representado por seu **INVENTARIANTE HELDER HÖFIG**, brasileiro, casado, agropecuarista, titular do RG n. 12.430.895, e do CPF/MF n. 088.008.708-05, domiciliado na rua Cel Jose Soares Marcondes, 1078 – 11 andar, cep: 19.010-080, na cidade de Presidente Prudente/SP. detentor dos direitos do empreendimento Fazenda HJ (termo de inventariança anexado), neste ato representado por seu Procurador Infra-assinado (procuração anexada), com endereço para notificações e intimações na Rua Dijalma Torres, n. 251, sala 103, Unai/MG, na cidade de Unai/MG, nos termos do Artigo 19 e seguintes do Decreto Estadual n. 44.844/2008, vem, à presença de Vossa Senhoria, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão de fls. 495 e seguintes, consoante as razões à seguir.

Comunicação



Nos termos do Artigo 23 do Decreto n. 44.844/2008, o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** cumpre com os requisitos de admissibilidade, uma vez que:

- a) É tempestivo, haja vista que a decisão recorrida foi publicada no Diário Oficial em 29 de setembro de 2012;
- b) Encontra-se dirigido à autoridade administrativa/unidade competente, nos termos do endereçamento;
- c) Há identificação completa do recorrente, com apresentação de cópia do termo de inventariança, bem como com a competente cópia do CPF;
- d) Está consignado acima de forma clara o número correspondente destes autos administrativos (processo);
- e) Após as exposições de fato e seus fundamentos há a formulação de pedido;
- f) Não é apócrifo, pois consta a data e a assinatura do procurador do recorrente.

Pois bem. Caso não haja reconsideração da decisão aqui recorrida de forma administrativa, requer-se que sejam encaminhados estes autos à Câmara Normativa e Recursal (CNR) do COPAM para que lá sejam processados, recebidos, conhecidos e providos.

Pede-se deferimento.

Unai, 29 de outubro de 2012.


MAURICIO MIGUEL DA MOTA
OAB MG 65.257



RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

COLEDA CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL

DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O pedido de Licença Operacional Corretiva foi indeferido pela equipe interdisciplinar de análise deste processo concluindo que:

“A equipe interdisciplinar de análise deste processo, do ponto de vista técnico e jurídico, opina pelo INDEFERIMENTO do pedido de Licença de Operação Corretiva para o empreendimento Fazenda HJ – Arthur José Mofig Junior (sic), localizado em Unai/MG, ouvida a URC COPAM Noroeste de Minas, uma vez que as atividades contempladas no referido processo dependem diretamente da captação de água cuja outorga foi indeferida por indisponibilidade hídrica”.

Adiante à fundamentação recursal.

Em primeiro lugar deve ser consignado que o presente Processo Administrativo teve início com os estudos preliminares em 1998, nos termos das fls. 001 às 018.



Tal fato de início demonstra que há mais de 14 anos o Recorrente vem tentando enquadrar-se na legalidade ambiental por mera voluntariedade, sem a existência de qualquer coação Estatal impositiva por meio de autos de infração ou procedimentos fiscalizatórios. Ou seja, o Recorrente sempre buscou o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Por sua vez, evidenciando que o Empreendimento está instalado desde 1974, exercendo atividade econômica essencial à busca da dignidade da pessoa humana nos termos do inciso III do Artigo 1º da Constituição Federal (de produção de alimentos) sem impacto ambiental, aos 15 de julho de 2002 houve o reconhecimento por parte do IEF quanto há ausência de necessidade de EIA/RIMA, consoante revelam os documentos de fls. 366 a 368 e 402 e 403.

A argumentação supra mencionada demonstra de forma insofismável que, de forma espontânea, o Recorrente vem buscando para o seu empreendimento as indispensáveis Licenças Ambientais e, desta forma, evidencia também sua total proatividade em colaborar para o meio ambiente ecologicamente equilibrado e o desenvolvimento sustentável deste Estado de Minas Gerais. Via de consequência, evidente também que o Recorrente tenta de todas as formas cumprir com suas obrigações insculpidas no Artigo 225 da Constituição Federal, bem como demais normas infraconstitucionais e marginais.

Desta forma cabe a este Estado de Minas Gerais, também de acordo com os ditames do mencionado Artigo 225, não punir àquele que colabora com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e que também busca o desenvolvimento sustentável dentro dos termos legais, mas sim auxiliá-lo para que o fim maior das normas ambiental tenha efetividade social.

Conclui-se, portanto, do ponto de vista ambiental, que o Recorrente não é um infrator, muito menos um pária sócio-ambiental. Pelo contrário. Trata-se de Empreendedor que exerce atividade econômica essencial a este Estado de Minas Gerais, uma vez que gera e distribui riquezas de forma sustentável, recolhe impostos, contrata mão de obra local, produz alimentos e, acima de tudo, busca incansavelmente a proteção



e o equilíbrio ecológico. Trata-se, portanto, de Empreendedor essencial para o auxílio da diminuição das desigualdades sociais locais, regionais e nacionais (Incisos II, III do Artigo 3º da Constituição Federal). E assim deve ser tratado por este Estado.

Pois bem.

A fundamentação que deu sustentação ao indeferimento do pedido de licença operacional corretiva tem por base, segundo acima transcrito, por suposto indeferimento de outorga d'água interdependente decorrente de indisponibilidade de recursos hídricos, nos termos da informação concedida pela URC COPAM.

Entretanto, compulsando-se aos autos administrativos objeto deste Recurso verifica-se que a única informação acerca do tema singe-se exclusivamente ao documento de fls. 492 que, diversamente do que relatado na decisão administrativa, relata que aos 30 de abril de 2008 o IGAM enviou à SUPRAM o processo de outorga d'água em razão da declaração de área de conflito. Ou seja, não existem nestes autos menção sobre o seu indeferimento.

Aliás, carece estes autos também de informação relevante no sentido de que o Recorrente desde o início daquele procedimento administrativo de outorga colaborou com todos os procedimentos necessários, bem como com o envio de toda a documentação solicitada. Tanto é assim que o Recorrente, nos termos da documentação anexada, já possui diversas outras outorgas d'água.

E são esses pontos que tornam a decisão aqui combatida ilegal e injusta, posto que além de ser fundamentada em informação inexistente nos autos administrativos (extra-autos), também é contrária a legislação estadual vigente porque não oportunizou ao Recorrente o sagrado direito de apresentar as referidas licenças (outorgas) interdependentes por meio da suspensão deste procedimento.



Isto porque, analogicamente, os Parágrafos 1º e 2º do Artigo 11 do Decreto 44.844/2008 prevê a dilação de prazos do procedimento de licenciamento, bem como sua suspensão para esclarecimentos necessários.

Inclusive, o COPAM poderá estabelecer prazos diferenciados para a análise do requerimento de cada modalidade de licença, em função das peculiaridades da atividade ou do empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, nos termos do Parágrafo 3º do referido dispositivo retro-mencionado.

Logo, é de conclusão lógica que: Em sendo o empreendimento ecologicamente viável; o empreendimento está instalado desde 1974; o empreendimento é socialmente relevante; o Empreendedor é cumpridor da legislação ambiental e pró-ativo quanto ao cumprimento das suas obrigações ambientais legais; o Empreendedor possui total interesse em adequar-se, deveria este órgão não indeferir seu pedido de licenciamento ambiental, mas sim, nos termos da legislação supra, conceder a este prazo razoável para que viabilizasse, diante do conflito hídrico declarado, a outorga d'água essencial e indispensável para a concessão da Licença de Operação Corretiva.

Do contrario, mantida a decisão como se encontra, estar-se-á fugindo dos princípios administrativos que regem os atos da administração, dentre eles a razoabilidade, a proporcionalidade, economicidade e a celeridade. Mas não somente isto, estar-se-á a colocar na ilegalidade cidadão que tenta de todas as formas e espontaneamente, colaborar com o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Pior, o prejuízo ao erário deste Estado será materializado posto que todos os atos administrativos praticados serão perdidos.

Diante de todo o exposto requer-se:

- a) Nos termos do Artigo 19 do Decreto 44.844/08 a reconsideração da decisão, nos termos e fundamentos acima expostos. Caso seja outro o entendimento, seja



suspensão este processo administrativo com a concessão de prazo razoável para que seja obtida a licença de outorga d'água indispensável;

- b) Caso não seja reconsiderada a presente decisão, seja encaminhado este Recurso Administrativo à CNR do COPAM, nos termos do Artigo 19 do Decreto 44.844/08 para que seja processado, recebido, conhecido e provido, no sentido de modificar a decisão aqui guerreada, e, se outro for o entendimento, suspendendo o referido procedimento com a concessão de prazo razoável para que o recorrente obtenha a licença de outorga d'água e assim, finalize o presente processo aproveitando-se, assim, todo este procedimento administrativo, medida da mais lúdima, proporcional e razoável justiça!

Pede deferimento.

Unai, 29 de outubro de 2012.


MAURICIO MIGUEL DA MOTA
OAB MG 65.257